

**CONFERÊNCIA DO IESE POR OCASIÃO DO 10º ANIVERSÁRIO  
DA PUBLICAÇÃO “DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE”  
DEZ ANOS PENSANDO NO PAÍS**

**19-20 de Setembro de 2019**

**Michel Cahen**

Université de Bordeaux, CNRS/Sciences Po Bordeaux, Les Afriques dans le monde (LAM)  
Casa de Velázquez, École des hautes études hispaniques et ibériques, Madrid

## **Programas, sim, mas para fazer o quê?**

Uma análise dos Manifestos eleitorais dos partidos políticos para as eleições moçambicanas do 15 de Outubro de 2019

*Rascunho, não citar sem autorização. Língua portuguesa não editada*

Os principais partidos publicaram Manifestos eleitorais que podem ser úteis para o eleitor que desejar poder entrar nos detalhes das propostas partidárias. Mas são utilizados aqui como fontes de análise para ter uma melhor compreensão da natureza destes partidos, das suas culturas políticas. Escolheu-se aqui os partidos que se apresentam na maioria das províncias. Frelimo, Renamo e MDM se apresentam às três eleições (presidenciais, legislativas e provinciais), Podemos falhou em apresentar um candidato para as presidências e apresenta-se em oito das onze províncias para as legislativas. A Nova Democracia decidiu apresentar candidatos somente nas legislativas, onde estará presente em todas as províncias.

Começa-se por analisar o Manifesto do partido no poder, a Frelimo, para depois analisar o do principal partido de oposição e enfim o do terceiro partido, o MDM. Por fim, serão analisados os Manifestos de dois novos partidos, Podemos e Nova Democracia.

A atenção do leitor é chamada sobre o fato que este artigo não estuda esses partidos políticos como tais, estuda somente os Manifestos eleitorais, isto é um tipo de texto muito contextual.

**Frelimo. *Unidos, fazemos Moçambique desenvolver*** (20 de Julho de 2019, 98 p.).

O manifesto da Frelimo é o mais comprido de todos. Ele começa por uma exortação e uma parte de balanço de 8 páginas depois do que vem quatro “pilares” de comprimento desigual :

*Pilar 1:* Consolidação da unidade nacional, paz, reconciliação nacional e democracia.

*Pilar 2:* Consolidação do estado de direito democrático, descentralização e ética governativa

*Pilar 3:* Promoção do desenvolvimento económico sustentável e da justiça social (o mais longo, dividido em quatro eixos)

*Pilar 4:* cooperação regional e internacional

A **exortação** advoga “para assegurar a continuação da construção de Moçambique, como um País de paz, segurança e ordem públicas, estabilidade política, tolerância, harmonia social, democracia e Unidade Nacional, rumo ao desenvolvimento económico e social” (pp. 9-10).

A **parte do balanço** diz nomeadamente que “As acções do Governo resultaram na criação de um ambiente de Paz e harmonia entre os Moçambicanos, estabilidade social, clima favorável ao investimento privado nacional e estrangeiro, aumento da produção e produtividade agrícola, criação de oportunidades de emprego e de mercado para bens e serviços, melhoria dos serviços sociais básicos, construção e manutenção de infra-estruturas estratégicas” e que “A abertura do Presidente Filipe Jacinto Nyusi ao diálogo para a Paz efectiva, que pôs fim às hostilidades militares protagonizadas pela Renamo, no último quinquénio, foi um facto inequívoco de reafirmação do compromisso da FRELIMO com a Paz, *com vista a garantir a Unidade Nacional*”.

Depois, passa a detalhar estatisticamente as realizações, como a cobertura de água que passou de 53% para 59% de 2015 para 2019 (não quer dizer que a água chega em cada casa mas que há uma fonte de água a proximidade), a construção de 46 pontes “do Rovuma ao Maputo”, novas indústrias (cimento, grafite, açúcar, descasque de cajú), estradas terciárias e vicinais, novos autocarros nas zonas urbanas do país, expansão da rede

de telecomunicação, contratação de milhares de professores, hospital central de Quelimane, luta multi-sectorial contra o paludismo, criação de empregos, etc.

Mas “As realizações do quinquénio foram negativamente assoladas por desastres naturais com efeitos devastadores na vida das populações”. *Esses eventos negativos são apresentados como “naturais”. Nesses eventos negativos não se fala das dívidas ocultas.*

**A parte “Compromisso para o quinquénio 2020-2024” tem como pilar 1 a “consolidação da Unidade Nacional”.** É que vem mesmo em primeiro, nas primeiras linhas: “A FRELIMO, inspirando-se nos princípios, valores e ideais do 25 de Junho de 1962, que guiaram a luta pela conquista da Independência Nacional, reafirma que Moçambique é um Estado uno, indivisível, soberano e com fronteiras internacionalmente reconhecidas.”. No entanto, “A Unidade Nacional compreende uma multiplicidade e complexidade de *elementos* [grifo meu] que consubstanciam as *dimensões* [grifo meu] sócio-culturais e económicas da sociedade moçambicana”. Veja-se que nunca se fala nas nações africanas precoloniais, vulgo chamadas de etnias ou até tribos, ou em formações sociais. A complexidade é feita só de “elementos” que, no vocabulário político da Frelimo desde o tempo do partido único, não são nem sociedades nem nações precoloniais, mas indivíduos: há reconhecimento de particularidades individuais, mas há sempre uma relutância em admitir a existência de *formações* socio-culturais além da nação. No entanto, sem anunciar medidas concretas anunciadas, diz-se (p. 23) que se deve “valorizar a diversidade etno-linguística, religiosa e racial que caracteriza [o] mosaico sócio-cultural do Povo moçambicano”. Há um só povo moçambicanos, mas que insere uma diversidade etno-linguística num “país próspero, uno e indivisível”. É de reparar que essa narrativa foi sempre a da Frelimo, em particular desde o tempo dos festivais de danças tradicionais, que “folclorizavam” as culturas locais.

O multipartidarismo serve “para a consolidação da Unidade e Coesão Nacional”. Será que isso é sinónimo da consolidação da Frelimo pelas urnas, da Frelimo como garantia de Unidade nacional? Da mesma maneira, os mídias devem ser os “verdadeiros catalisadores da Unidade Nacional e da coesão entre os moçambicanos”. Se pode notar, depois da decisão do ICS sobre os jornalistas comunitários, que o § 20 diz que é preciso Assegurar a consolidação da democracia, através do

aprofundamento do respeito pela liberdade de expressão e de opinião, a todos os níveis, respeitando a opção política, religiosa e cultural de cada cidadão” (p. 27)

Na sub-parte “ordem pública e segurança”, não se fala da insurreição djihadista em Cabo Delgado (p. 27).

### **O pilar 2 sobre a consolidação do Estado de direito democrático.**

A introdução (p. 28) diz que “a administração pública e as instituições de administração da justiça e da lei e ordem devem garantir o pleno gozo dos direitos e liberdades dos cidadãos” *mas não fala em despartidarização do Estado*. Defende uma ética governativa baseada na transparência e na cultura de prestação de contas” *mas não diz se a prestação do conta é para os cidadãos ou para o partido no poder*, como tem sido até agora com o princípio extra-constitucional de que “governo é filho do partido”.

Reafirma-se o caráter “unitário do Estado” e a “separação e interdependência” dos poderes “Legislativo, Executivo e Judicial”. A “descentralização” e “boa governação” são componentes fundamentais da democracia” (p. 30) mas nunca se detalha as medidas decididas no acordo sobre descentralização com a Renamo, como se a Frelimo como partido não se comprometia com o acordo assinado pelo governo.

Nove sub-pontos (pp. 32-33) incidem sobre a ética governativa e a luta contra a corrupção, mas são afirmações de princípios, sem medidas concretas anunciadas. No sub-ponto “Género” (p. 34), se pode dizer a mesma coisa no que toca à luta contra as violências domésticas e as violações [*por exemplo brigadas de polícia feminina para recolher as queixas das mulheres, como existem em São Paulo*].

**O pilar 3 sobre “Promoção do desenvolvimento económico sustentável e da justiça social”** considera que a “diminuição das assimetrias são o garante de um desenvolvimento económico, social, cultural e desportivo sustentável” (p. 35).

Seu sub-ponto sobre “justiça social e desenvolvimento do capital humano” é bem extenso mas inclui mais uma série de metas do que medidas concretas sobre educação, saúde, “mulher, família e acção social” e sobretudo *não se fala do financiamento de tais numerosas medidas*. Não se fala de planeamento familiar e da limitação do número de crianças por mulher a não ser indiretamente (p. 47) sobre a promoção da “saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e jovens e hábitos de vida saudável”.

O sub-ponte sobre “Água e saneamento” dá o “aumento da cobertura do abastecimento de água [como] um elemento prioritário e vital”.

O sub-ponte sobre “Habitações” é um dos raros que fala em planeamento, mas essa é para a construção a preço regulamentado. Não me parece que haja qualquer visão para parar o aumento da população urbana.

O sub-ponte sobre a Juventude é paradoxalmente bastante curto para um faixa etária que corresponde à metade da população. O mais original é o desenvolvimento do associativismo juvenil, sem que haja uma notinha sobre a independência dessas associações

O sub-ponte sobre os transportes públicos fala nomeadamente em incentivar a cabotagem para as pessoas e as mercadorias. Nunca fala especificamente do transporte ferroviário.

O Sub-ponte sobre a cultura considera que ela “constitui um elemento fundamental para a construção da nossa identidade” e “consolidar a Unidade Nacional”. Propõe a criação de “arquivos e locais de luta” suponho quer dizer arquivos locais e patrimonialização de lugares simbólicos da luta”. Indica a meta de “impulsionar a valorização e divulgação das línguas nacionais” sem medida concretas. *E deve-se reparar-se que está meta não está no § sobre educação e o sistema escolar, ouj na estrutura do parelho de Estado, mas no § sobre cultura – é uma visão patrimonial e não de uso social.*

O ponto sobre “Desenvolvimento económico” centra-se na noção de “crescimento económico” (p. 56), *sem falar, por exemplo, de melhor partilha das riquezas do país: “promoção de políticas fiscal e monetária prudentes”, “mecanismos de transparência e gestão de risco nas contas públicas”, “aprimorar os mecanismos de tributação de dividendos e mais-valias associadas à exploração do gás e outros recursos minerais e orientar a receita fiscal daí decorrente para o investimento nos sectores prioritários e promover o desenvolvimento das comunidades”* (p. 57) *[quem vai acreditar nisso?]*. A promoção do emprego é vista principalmente através da formação, favorizando nomeadamente o auto-emprego.

No sub-ponto sobre o setor financeiro (p. 59) se pode notar a proposta de criação de um novo banco de desenvolvimento vocacionado às pequenas e médias empresas. No sub-ponto sobre a promoção do investimento, prioridade ao investimento produtivo e “criação de um Fundo Soberano, para investir em sectores estratégicos da economia e nas

necessidades sócio-ambientais de longo prazo” (p. 62). O risco é, pois, que o FS sirva para esses “sectores estratégicos da economia e não para a agricultura familiar...

No sub-ponto sobre aumento da produção e produtividade, é de notar que a agricultura, uma vez repetido o princípio que “é a base do desenvolvimento de Moçambique” quase não é mais citada e que se fala somente do “sector agrário” com um perfeito programa de agri-business esquecendo-se da agricultura familiar: “um sector agrário dinâmico, integrado, próspero, competitivo e sustentável, que garanta maior contribuição na economia do País, através do aumento da capacidade de implementação de tecnologias modernas e disponibilização de sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas, rações, equipamentos e implementos agrícolas melhoradas para os produtores” (p. 63). Fala-se somente de “massificar o uso da tracção animal e a mecanização gradual” e “estimular a transformação dos agricultores familiares em agricultores comerciais” (p. 64) : como ?

A sub-parte sobre a indústria (p. 65) apresenta um programa geral de metas de industrialização. Se pode dizer a mesma coisa do turismo.

O ponto sobre “Infra-estruturas e equipamentos públicos” (p. 69), aqui fala-se num § dos caminhos de ferro, mas, como se vê, sem falar e reorientação estratégica Norte-Sul: deve-se fazer “a manutenção e areabilitação das linhas férreas existentes no País, com vista a garantir maior fluidez de carga e o escoamento dos produtos das zonas de maior produção”. Senão, sem surpresa, trata-se de “Impulsionar o desenvolvimento dos principais corredores” e de “Promover a construção de infra-estruturas de logística para o transporte e escoamento dos recursos minerais” (p. 71) [isto é, continuar a estrutura colonial]

No sub-ponto sobre energia, trata-se de atingir o “fornecimento de energia eléctrica para todos até 2030” e “Promover a construção de novas centrais hidroeléctricas, eólicas e térmicas alimentadas a gás natural, carvão mineral e biomassa” [o parlamento moçambicano ratificou a COP 21 em Novembro de 2017 mas o manifesto não fala nisso]. O sub-ponto sobre “Planeamento e Ordenamento Territorial Urbano e Rural” é muito curto e, na realidade, incide somente nas cidades (“Promover a criação de novas cidades e vilas”, “intervenção integrada, física, ambiental e social, para a requalificação dos assentamentos informais”, “requalificação dos bairros urbanos e peri-urbanos”). *Não há*

*visão de uma política permitindo a mais pessoas viver no campo, travando e parando o crescimento urbano.*

O sub-ponto sobre “Exploração sustentável dos recursos naturais” mistura um pouco tudo : “incentivar a melhoria da gestão da segurança alimentar através da pesca e aquacultura, o desenvolvimento de actividades como a agricultura, turismo e desporto, transportes marítimos e a exploração de hidrocarbonetos” (p. 75). De notar que “a FRELIMO, é pela exploração e gestão responsável, transparente e sustentável dos recursos minerais, para que o impacto dos mesmos beneficie os moçambicanos de hoje e do amanhã” (p. 82). Na p. 83 há uma fotografia da mina de carvão a céu aberto de Moatize, sem que se fale de poluição e de reassentamento das populações. Alias esta palavra está ausente do manifesto (a de poluição aparece somente no que toca à gestão da água (p. 84) e do uso do plástico (p. 90). Não se propõe a proibição dos sacos de plásticos, como já fizeram alguns países africanos.

No “**Pilar 4: Cooperação regional e internacional**” (p. 89), é de notar a importância dada à “diplomacia económica”, em particular ao “Reforço da Confiança dos Investidores e dos Parceiros de Desenvolvimento” (p. 95). A integração regional não é questionada. É de se admirar, para um programa de um *governo* que é proposta a cooperação “com os Partidos amigos dos Países da região, particularmente com os Antigos Movimentos de Libertação da África Austral” (p. 90). Aqui se vê que a distinção entre partido e Estado, mesmo em política internacional, não é feita.

### **Reparos gerais sobre o Manifesto da Frelimo**

Frente a tal programa, a primeira pergunta que se pode fazer é porquê é que não foi implementado mais afincadamente durante os 44 anos de poder deste partido. Como já foi dito, o *Manifesto* é uma longa lista de metas que desenham um *Estado capitalista, social, liberal e de desenvolvimento*, este último sendo visto principalmente como crescimento.

Muitas metas não integram medidas concretas, em particular no financiamento. Não há parte sobre o financiamento do programa no *Manifesto* e em particular não há um capítulo sobre o aumento dos recursos do Estado para estabilizar esta política social. O *Manifesto* não fala das dívidas ocultas, pelo menos de propostas para resolvê-las.

O conceito de partilha das riquezas não aparece nunca no Manifesto. Visivelmente, o aumento de recursos financeiros para o programa social

proposto é esperado unicamente de “mecanismos de tributação de dividendos e mais-valias associadas à exploração do gás e outros recursos minerais e orientar a receita fiscal daí decorrente para o investimento nos sectores prioritários e promover o desenvolvimento das comunidades”. Pois, só depois de 2026 mais alguns anos para reembolsar as dívidas ocultas? *Isto é, não há uma visão de criação de riqueza e produção de capital local principalmente baseadas na agricultura familiar e no artesanato, atividade da maioria da população. O projeto é extravertido, sonha em atividade de alto teor em capital fixo baseada principalmente no investimento externo, por vezes pela via de PPPs.*

Com efeito, a impressão geral é que o Manifesto contém de tudo um pouco sem estratégia global, sem visão, a não ser, como já foi dito, o “desenvolvimento” e o “crescimento”, com base extravertida, isto é uma estratégia que nunca funcionou nos séculos XX e XXI na ultra-periferia do capitalismo.

Alias se pode reparar que a Frelimo aceitou completamente o processo de naturalização dos conceitos que se reforçou desde a queda da União soviética: o conceito de “capitalismo” está ausente do *Manifesto*, que não diz, pois, que o projeto é um *projeto de capitalismo na periferia do mundo*. Fala só em “economia”. Com certeza, fala de uma economia diversificada, da promoção do auto-emprego e outras medidas para as camadas humildes da população. Mas sabendo do funcionamento do sistema-mundo capitalista, se não houver concretização de uma estratégia muito forte para evitar as imposições deste, essas metas para com as camadas humildes ficarão muito provavelmente ilusórias. Os conceitos de “classes sociais” e de “elite” também estão ausentes: *será que Moçambique não é uma sociedade de classes?* De notar que o conceito de pobreza absoluta desapareceu completamente do Manifesto. A “pobreza” é mencionada somente quatro vezes nas 98 p.

A visão global de Moçambique fica a de uma nação una – não só unificada mas una –, com certeza com diversidade interna, mas essa diversidade interna nunca é feita relevante para a organização do Estado: não se fala em reformular as províncias para elas melhor corresponderem às realidades socio-culturais, não se fala em mudar a capital, em fazer um caminho de ferro Norte-Sul, em co-oficializar localmente no Estado e nas escolas o uso das línguas africanas. Alias, as línguas africanas são citadas somente no capítulo da “cultura” e nunca no da educação ou do funcionamento local do Estado. É uma visão patrimonial e folclorizante,

não a de desenvolver o espaço social do uso dessas línguas e de co-oficialização local.

Sobre o ordenamento territorial, assunto fundamental para o futuro do país, não há visão de uma política permitindo a mais pessoas viver no campo (não sendo obrigatoriamente camponeses), travando e parando o crescimento urbano. *A única política proposta é o acompanhamento do crescimento infinito das cidades.* O ordenamento territorial não abraça os “eventos negativos” como os ciclones, que são apresentados como desastres “naturais”. Alias, nesses eventos negativos não se fala das dívidas ocultas.

*Pois é uma visão obviamente mais liberal da nação que do tempo dito “marxista-leninista”,* mas a “unidade nacional” na realidade é uniformidade nacional e enquadramento no parti-nação que é a Frelimo. Alias, na totalidade do *Manifesto*, nunca está escrito “O Estado vai fazer...”: aparece de vez em quando “O Governo da Frelimo vai fazer...” mas na esmagadora maioria dos casos está escrito simplesmente e diretamente “A Frelimo vai implementar...”. Fica dominante, pois, a visão neopatrimonialista que, o que *o Estado da República faz*, é a Frelimo que *oferece* ao seu povo.

Globalmente, o Manifesto é, pois conservador: trata-se simplesmente de continuar o que foi feito desde a viragem capitalista do fim do anos 1980, esperando que rios de dinheiro virão flexibilizar a economia e sociedade daqui uns anos.

Mas será que os outros partidos rompem com esta visão?

**Renamo. *A Renamo e Ossufo Momade, a Esperança dos Moçambicanos. Vamos mudar Moçambique, transformando vidas,*** (s.l., s.d., 44 p.)

O manifesto da Renamo é uma brochura. Na capa vem o retrato do Ossufo Momade e na página 1 é o título mesmo do Manifesto que põe a Renamo em primeiro: “A Renamo e Ossufo Momade...”. Contem uma introdução de cinco página intitulada “Um Programa de transformação do país para a construção de uma Sociedade Livre, Justa e Próspera” (pp. 1-5). Depois vêm dez capítulos:

- Capítulo 1: Valores e princípios fundamentais da governação da Renamo (pp. 6-12)
- Capítulo 2: Poderes do Estado (pp. 14-16)

- Capítulo 3: Poderes tradicionais (p. 16)
- Capítulo 4: Desenvolvimento humano (o mais dos dois compridos, pp. 16-26)
- Capítulo 5: Visão económica (pp. 27-37)
- Capítulo 6: Promoção de desenvolvimento equilibrado do país (pp. 37-38)
- Capítulo 7: Meio Ambiente (pp. 38-39)
- Capítulo 8: Estabilidade e tranquilidade nacional (pp. 39-40)
- Capítulo 9: Política externa
- Capítulo 10: Comunicação social (p. 43).

Acaba (p. 44) com a letra do hino do partido, adotado no Iº congresso da Renamo tido em Macoco-Maringue de 5 a 10 de Junho de 1989 ao meu ver não é o 1º congresso (houve um em 1983).

O Manifesto eleitoral da Renamo contém um programa cheio de medidas sociais e económicas, algumas que são, tal como no *Manifesto da Frelimo* mais metas que medidas, mas outras que são concretas. Isto tudo desenha a imagem de um *Estado de direito, capitalista, liberal e social*. A Renamo advoga a separação dos poderes (“lembra-se que a Frelimo diz “separação e interdependência”) e como medida de reforço da independência da Justiça quer por o SERNIC diretamente sob a autoridade do Ministério Público e já não do Governo. No que toca ao Estado social, que implica o acréscimo do orçamento, notei uma ausência quase total de cálculo ou propostas do financiamento destas medidas. Para a Renamo, parece muito nítido que o orçamento necessário será obtido pelo fim da corrupção e da partidarização no aparelho de Estado, por um “Estado de austeridade” e pelo **não** pagamento das dívidas ocultas.

O programa dá grande importância às PPPs (parcerias público-privado), provavelmente como maneira de superar a fraqueza orçamental do Estado (fraqueza embora não mencionada no *Manifesto*) e sem lembrar que, em todos os países onde isso foram tentadas, as PPPs custaram muito dinheiro ao Estado *depois* porque, regra geral é o Estado que assume todos os riscos e o privado que apanha os benefícios. Mas se essas medidas de transformação fossem coroadas de sucesso, seria uma rutura assaz nítida com a economia colonial mantida pela Frelimo (quero dizer uma economia onde Moçambique exporta só matérias primárias e importa quase todo o resto). Com efeito a Renamo propõe – sou eu a utilizar esta

expressão que não consta do Manifesto – uma *revolução industrial*: trata-se de transformar localmente a grande maioria das matérias primárias, criando assim mais-valia e emprego. No entanto, além do voluntarismo governamental, não está bem explicado como conseguir isso: provavelmente com recurso ao investimento estrangeiro, mas será que este será interessado em transformar em Moçambique as matérias primas que as grandes companhias são habituadas a comprar e exportar não transformadas? Num caso, uma medida é bastante fácil de aplicar: a proibição completa de exportar madeira em touros.

Uma atenção muito grande é dada a agricultura familiar, mas também ao agri-business. Pois, não se pode dizer que há verdadeira rutura com o *Manifesto* da Frelimo. Por admiração minha, não encontrei a proposta de por fim a lei de nacionalização da terra, para poder “dar a terra para quem a trabalha”. Esquecimento ou desejo que o estado mantenha, num governo da Renamo, poder sobre a terra?

No que toca a população principalmente rural, a mais pobre, é proposto um subsídio para as parturientes muito pobre – mas não vem a ideia de uma pensão universal para a velhice rural.

Um melhor equilíbrio das províncias é bem mencionado, sem, no entanto, projeto de redesenhá-las para melhor ter em conta as realidades socioculturais e sem mencionar com precisão os poderes e as finanças das províncias (diz-se que deverão ser “dotadas”). Este melhor equilíbrio parece, pois, dever advir só do voluntarismo e da prática do Governo. A ideia da nação una da Frelimo não me pareceu muito contestada. No parágrafo sobre educação, menção não é feita das línguas africanas com fim a bilinguismo ou trilinguismo ao longo de toda a escolaridade. No domínio da escola, a Renamo propõe a extensão da escola pública gratuita até a 10ª classe incluída. No domínio social, ênfase é dada várias vezes ao acesso de todos à água potável.

A corrupção ocupa um grande lugar no *Manifesto*, em diversas páginas. No entanto, não há propostas de medidas concretas e de um plano monitorizado com ajuda de peritagem independente, até estrangeiro, a não ser, como já foi citada, um efeito positivo possível da dependência direta dos serviços de investigação criminal do Ministério Público. Por exemplo, uma medida como a publicação obrigatória e verificada do património do Presidente, dos ministros e de todos os diretores, governadores, presidentes de câmara, na posse e na saída de função, com obrigação de retroceder ao Estado a diferença se for importante, não é proposta. É

proposto lutar em particular contra a “grande corrupção”, de que se espera o declínio da pequena corrupção. Mas mais uma vez é o voluntarismo governamental que parece dever assegurar essa política anticorrupção. A Renamo acredita que a ferramenta principal de luta contra a corrupção será a despartidarização do aparelho de Estado, incluindo as FADM, a polícia e a SISE. Com certeza a partidarização é uma das causas da corrupção: será a única?

Sem detalhes também é a política, embora citada de inclusão para os deficientes.

Esperava no *Manifesto* um grande destaque dado à descentralização e à desconcentração: diz-se simplesmente que serão “aprofundadas”, mas não se fala por exemplo da supressão das Secretárias de Estado nas províncias e dos Governos de distrito nas áreas das autarquias municipais. Não se proponha a municipalização geral do país, que é uma antiga reivindicação da Renamo vinda dos Acordos de Paz de 1992. É mesmo estranho, não sei se a Renamo, pensando estar à beira do poder, mudou de opinião ou se for uma deficiência na escrita do Manifesto.

O *Manifesto* contém algumas medidas concretas que vale a pena citar, como:

- criação de centros de acolhimento para as mulheres vítimas de violência doméstica e repressão forte dessa violência
- programa de acesso à propriedade das casas privadas
- apoio à emergência de um sindicalismo independente e garantia do direito à greve preservando, no entanto, a primazia do diálogo
- sistema de segurança social “que capitaliza as contribuições dos trabalhadores”. Fiquei pensando sobre o significado do verbo “capitalizar” porque há dois princípios possíveis na Segurança social: por repartição ou por capitalização. É bem conhecido que o sistema de repartição é mais seguro e mais social, do que uma capitalização de que não se sabe o que ela vai dar ao longo dos anos.
- continuação das privatizações do sector público (em condição de “transparência”) e fazer funcionar as empresas públicas segundo as regras do setor privado: quer dizer isto que alguns serviços públicos desaparecerem. Além disso esta regra pode ser em contradição com a vontade de industrialização local que pode impor medidas de protecionismo. Lembra-se o caso famoso do Banco Mundial que impôs a Moçambique o fecho da indústria de descasque do caju porque o preço do caju era mais elevado se

se exportar não descascado para Índia que se se descascar em Moçambique. Isto destruiu um ramo industrial moçambicano no início dos anos 1990 – se não errar – e enviou para o desemprego centenas de mulheres. Pois “as leis do mercado” nem sempre são as melhores para desenvolver a industrialização.

– “reduzir o êxodo para as cidades”, isto é dito ao contrário do *Manifesto* da Frelimo, mas como? Um outro § indica a vontade de “melhorar as condições de vida das populações rurais [...] sem violentar a sua personalidade, a sua maneira de ser, os seus hábitos e costumes”. Diz também a Renamo que “os interesses específicos de cada unidade territorial ou comunidade devem ser promovidos e defendidos pelas respetivas populações” e que, por isso, “é preciso aprofundar o relacionamento com o poder local [restituindo] mais poderes e competências e autonomia administrativa, financeira e patrimonial” (p. 16). Isto parece concernir tão o poder tradicional que o poder municipal. Será suficiente isso para revitalizar o campo e parar com o êxodo rural sem um grande plano de desenvolvimento da agricultura familiar?

– por fim, queria citar um voto obviamente ausente do *Manifesto* da Frelimo, a saber que os agentes do SISE devem ser “totalmente apartidários e republicanos”. Entende-se perfeitamente este princípio, mas não seria sinónimo de dizer que já não seria a SISE mas a recriação de raiz de um novo serviço?

Em contrapartida, estranhamente o Acordo de Paz definitiva não aparece como trunfo da Renamo no *Manifesto*, quando o *Manifesto da Frelimo* dá grande ênfase a este Acordo.

### **Reparos gerais sobre o Manifesto da Renamo**

Globalmente, vejamos que o *Manifesto* da Renamo apresenta um programa de Estado de direito, capitalista, liberal, social e descentralizado, onde se quer ao mesmo tempo desenvolver o capitalismo e domá-lo para tarefas de desenvolvimento. Será isso possível na periferia do capitalismo? Há diferenças com o programa da Frelimo na insistência na luta contra a corrupção, no equilíbrio das províncias, no empoderamento maior dos chefes tradicionais no campo, na educação gratuita até à 10<sup>o</sup> classe, num programa de acesso a alojamento para jovens. Mas há pontos comuns também, sobre os quais voltarei no fim.

**MDM. *Manifesto eleitoral 2020-24, Moçambique para todos***, Beira, Maio de 2019, 54 p.

O *Manifesto do MDM* tem 54 páginas mas em realidade é muito mais comprido que o da Renamo, sendo o tamanho das letras pequenito... Provavelmente é de um tamanho comparável ao do da Frelimo O *Manifesto do MDM* começa por uma “Carta aos Moçambicanos do Presidente do Partido, Daviz Simango” (pp. 4-7) e um “Preâmbulo” (pp. 8-10).

O texto está estruturado em cinco capítulos:

1. “Preservar a paz e a democracia e consolidar a coesão nacional” (pp. 10-24)
2. “Desenvolvimento económico e criação de emprego” (pp. 25-33)
3. “Desenvolvimento das infra-estruturas” (pp. 38-37)
4. “Desenvolvimento e equilíbrio social” (pp. 38-49)
5. “Reforçar a participação de Moçambique no contexto internacional” (pp. 50-53)

e uma conclusão “Moçambique para todos” (p. 54)

**A carta de Simango** aos eleitores dá grande ênfase ao retorno da violência, não só no Norte mas em todo o país por causa do comportamento dos agentes do partido-Estado. O MDM insista, pois sobre a sua imagem de sempre, a de um partido sem arma e pacífico. A carta fala do processo de negociações de Paz mas considera-o falhado por que não integra no DDR a maioria dos que empurraram as armas e porque fica a “actuação mercenária do STAE”, que não foi abrangido na negociação pelo que “os Dois Pilares do conflito são ignorados” (p. 6). Embora o *Manifesto* foi escrito antes do Acordo de Paz, se pode reconhecer que o MDM apreciou bem a situação que conhecemos agora. Também insere um reparo que não vi nos Manifestos da Frelimo e da Renamo, isto é: “Nos últimos anos assistimos a uma minoria ficar cada vez mais rica e um povo cada vez mais pobre” (p. 4). Depois, é uma série de “Basta!” por que o regime da Frelimo “falhou”.

**O Preâmbulo** (pp. 8-9) resume os princípios do MDM, de que extraio nomeadamente as noções de “desenvolvimento sustentável”, “reforma e mecanização agrária”, um sistema de educação regionalizado.

**O capítulo 1** é de grande teor ético :

– “os custos de não prevenir a violência são enormes”

– “o País precisa de políticos responsáveis, e cidadãos que não vivem na ilusão [...] dos lambe botas [...] O nosso País tem pago um preço muito elevado pela cultura de bajulação e do medo, e de ser prisioneiro de esquemas pré-fabricados”.

– “o MDM vai desarmar [...] a captura da Democracia e o afronta do Estado de Direito protagonizado pelo STAE, e outras instituições a fim [...]. Devendo o STAE ser integrado na CNE.” De notar que o *Manifesto* da Renamo não diz nada sobre este ponto, provavelmente não por divergência mas por redação diferente.

– diz que o MDM está comprometido “com os ideais da Social-democracia”, mas não sei bem se isso tem o sentido clássico da expressão na Europa, principalmente Europa do Norte, ou se é mais no sentido do PSD português, um partido de centro-direita com quem o MDM tem boas relações.

– vai “apostar numa relação de proximidade entre os eleitos e cidadão”

– vai “assegurar que o próprio Estado e os órgãos que o compõem sejam instituições que respeitam e promovam regras transparentes e não discriminatórias em toda a sua acção”

– vai “desenvolver mecanismos de justa regulação para os serviços de áreas económicas e sociais [...] tendo em conta a necessária coexistência entre o sector público, privado e social”;

– vai promover “a *intervenção do Estado* [grifo meu] para assegurar a justiça distributiva e realizar os fins sociais do Estado, sem sobrecarregar o erário público com custos desnecessários;

Enfim, afirma que o “MDM acredita que o Estado moçambicano pode fazer mais e melhor com menos custos”

Isto desenha já *uma ética quase weberiana com alguns aspetos de política económica keynesiana*. Mas há outros aspetos: o MDM quer diminuir e redefinir os poderes do Presidente da República, reforçando o poder da Assembleia da República. Embora a expressão não aparece, o objetivo parece ser o fim do semi-presidencialismo (na realidade presidencialismo em Moçambique visto o presidente da República ser também o presidente do Partido) para *estabelecer um regime parlamentar* apoiado pela “genuína promoção” do poder local. O *Manifesto* denuncia o processo de “autarquias províncias” como mantendo a dependência das províncias para com os ministérios e anuncia que o MDM vai limar qualquer

interferência de eventual protagonismo ou interferência do representando do Estado na província devendo todo mérito e liberdade de governação adstrita ao Governador sufragado no escrutino eleitoral”. Pois é uma orientação abertamente provincialista: não federalista porque o governador obedece à lei do Estado central, mas provincialista porque tem larga latitude de iniciativa.

Alias, há todo um sub-capítulo sobre a “descentralização administrativa” (pp. 14-15). A tradição municipalista do MDM veja-se também na vontade de uma desconcentração, “a favor de associações de municípios, das competências de planeamento que a administração central hoje detém através dos planos regionais de ordenamento do território”. Propõe também que os municípios sejam acionistas de direito dos megaprojetos e outros projetos de grande renda. Não poderá isso ter um efeito corruptor nas escolhas das autarquias, esperando ter os seus orçamentos locais reforçados ?

Na sub-parte sobre a justiça, o MDM quer “Transformar o Conselho Constitucional em Tribunal Constitucional” e criar “Tribunal de Contas”; quer a eleição pelos pares dos presidentes dos diversos tribunais ; como a Renamo, quer que a Polícia de Investigação Criminal seja colocada sob tutela do Ministério Público e quer reforçar o MP pela reformulação do Conselho Superior da Magistratura.

Há uma sub-parte que associa a luta para o “Reforço da Cidadania e Luta Contra a Pobreza” mas além de forte vontade, carece de medidas concretas. Em contrapartida, a parte sobre a corrupção é bem desenvolvida : a ideia central é, tal como no Manifesto da Renamo , que uma das causas centrais da corrupção é a partidarização do Estado que implica falsidade nas compras do estado, recrutamento e promoção sem meritocracia. Uma medida “FUNDAMENTAL”, diz o Manifesto é a prestação de contas à Assembleia da República do executivo – supõe-se de cada ministério e regularmente.

Uma sub-parte advoga um “Estado Regulador e Não Autoritário”. Sem citar o conceito de capitalismo, diz que, “Numa sociedade de concorrência e de mercado livre como a nossa, torna-se indispensável um Estado de Garantia que assegura que os objectivos sociais definidos são efectivamente alcançados”. Várias medidas propoem assim um reforço das instituições reguladoras que seriam independentes do governo, em

particular as dos “serviços de fornecimento de água, electricidade, saneamento básico, transporte de passageiros e provisão de alimentos”.

Uma importante sub-parte trata da defesa nacional, da protecção civil, da segurança interna. Insista na desmobilização dos antigos combatentes, “eliminando a excessiva burocracia que tem deixado muitos deste grupo de moçambicanos numa situação de pobreza extrema injustificável”.

O SISE não é citado mas estão previstos “Serviços de Informação do Estado mais comprometidos com a segurança do Estado como um todo”. Quer dizer tratando da segurança do Estado e não da vigia de toda a população? Não está dito, pode ser subentendido.

**No capítulo 2 sobre o desenvolvimento económico,** diz-se que o objetivo fundamental da política económica do MDM é a “a criação de riqueza e sua distribuição mais equitativa”. No entanto, não põe em causa o que chama “Os projectos de capital intensivo” que são “fundamentais”, mas “para um crescimento sustentável só é possível através do desenvolvimento de pequenas e médias Empresas”. Aí, o MDM não escolhe, advogando para um “crescimento económico com uma equilibrada redistribuição da riqueza e inclusão social”.

Há uma grande sub-parte sobre as mudanças climáticas e a necessária adaptação da pecuária, quando não havia nada disso nos *Manifestos* da Frelimo e da Renamo. É mesmo muito detalhada, muito técnica. Mas não aparece claramente se o MDM acha que a base do desenvolvimento é a agricultura familiar ou é a agro-indústria. Não propõe também o fim da lei da propriedade estatal da Terra.

A sub-parte sobre os recursos naturais adverte que “A descoberta de recursos naturais tem sido uma fatalidade para muitos dos nossos países vizinhos africanos. Dirigentes tornam-se arrogantes, gananciosos e ambiciosos. Esse é o maior perigo para o nosso país”. Muitas medidas seguem, concretas e técnicas para assegurar que os recursos sejam alocados ao desenvolvimento local (pp. 28-29).

No que toca o emprego, as propostas são mais vagas. O MDM quer multiplicar as “zonas francas de modo a atrair, para diferentes pontos do país, pequenos, médios e grandes investimentos estrangeiros e nacionais”, o que é contraditório com seu programa social e de estado regulador, e pode por em perigo o desenvolvimento regional (as empresas vão concentrar-se nas zonas francas em vez de serem espalhadas no país).

As sub-partes sobre a “Indústria transformadora” e a “Urbanização e construção” são pouco desenvolvidas, não há projeto de travar o crescimento urbano. É de admirar, com a tradição do MDM de gerir cidades. Em contrapartida a sub-parte sobre o sector privado é bem mais detalhada, advogando o desenvolvimento de uma burguesia produtiva diferente da elite rendeira atual (o MDM não diz “burguesia”, diz “empreendedorismo” e acredita na transparência e na corresponsabilidade para o sucesso deste desenvolvimento)

**O capítulo 3 sobre o desenvolvimento das infra-estruturas** (p. 33) parte da constatação que “Moçambique possui uma das Infra-estruturas menos desenvolvidas. Tendo em conta a extensão territorial de Moçambique e a localização dispersa da sua população, requer uma política de transportes capaz de atingir todas as regiões, localidades e comunidades”. A medida central neste capítulo parece-me uma vontade, talvez não de romper, mas de completar os corredores do índice para o hinterland com um “corredor de Moçambique [com a] construção de uma via férrea e rodoviária que irá ligar todo o país a partir do Norte, Centro e Sul”.

As sub-partes sobre Electricidade, Portos, Transportes terrestres (além do corredor Norte-Sul já citado) não me parecem muito detalhadas, ao invés da sub-parte sobre desenvolvimento de internet e da Comunicação social, tendo “como filosofia substancial a liberalização do mercado, ou seja, o estabelecimento duma plena concorrência no sector”.

Quanto aos mega-projetos, “são bem-vindos” mas devem ser bem geridos, como o demonstrou o caso do carvão e não deve haver “prejuízos na vida da população local” ; por fim as infra-estruturas construídas devem “na medida do possível” contribuir ao “desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais”. *Aqui, são votos, sem garantia alguma que isso aconteça...*

**O capítulo 4 sobre desenvolvimento e equilíbrio social** é um capítulo compósito, que abrange a educação, a saúde, a habitação, o ambiente, a infância e a adolescência, a política para pessoas idosas, pessoas com deficiência, diversidade e desenvolvimento cultural, desporto e lazer, juventude, promoção da mulher, autoridades tradicionais e religiosas. Irei citar aqui unicamente algumas medidas concretas que me pareceram originais, além de metas gerais que todos os partidos têm.

Confirmando o peso dos professores no partido, numerosas propostas concernem a educação, entre as quais:

- “Garantir a obrigatoriedade e gratuidade da educação do ensino primário completo”;
- “Introduzir um Programa de Nutrição nas escolas públicas do ensino primário”;
- “Garantir o acesso gratuito ao livro no ensino primário completo das escolas públicas e privadas”;
- “Incluir nos currícula temas relacionados com valores e gestão de recursos naturais”;
- “Promover o estatuto dos professores”;
- “Delegar a Comunidade Universitária a eleição dos Reitores das Universidades Públicas”.

*É de notar que, entre essas medidas sobre educação, não há nada sobre a corrupção dos professores e os pedidos de favores sexuais a troco de “sucesso escolar”.*

Há muitas outras medidas sobre diversos assuntos sociais, entre as quais:

- “Garantir seguro de vida aos profissionais de saúde tendo em conta a vulnerabilidade e as condições a que estão sujeitos no trabalho do dia a dia”;
- “Criar o sistema de Crédito Jovem Habitação”;
- “Oferecer lotes urbanizados para que as famílias construam suas próprias casas numa forma e em condições resilientes”. *Isto pode ser uma medida interessante para promover a autoconstrução, que pode ser encaminhada nomeadamente rumo às técnicas barratas de barro melhorado.*
- “Dar continuidade ao desenvolvimento de novas centralidades”. *Isto é, não há uma estratégia de travo do crescimento urbano, trata-se provavelmente de multiplicar novas pequenas vilas e cidades médias. De notar que o MDM não propõe a mudança da capital do país.*
- “Manter as prioridades de combate ao trabalho infantil, abuso e exploração sexual infanto-juvenil”.

Nessas medidas sociais, na política para a pessoa idosa, não vem a proposta de uma pensão universal para idosos rurais. Há várias metas para a inclusão das pessoas com deficiências.

Das medidas relativas à juventude e mulher, destaquei:

– “O desenvolvimento da cultura em Moçambique passa, em primeiro lugar, pelo reconhecimento da nossa diversidade política, histórica, linguística, étnica e multicultural e o respeito dessa diversidade. A adopção de uma política de promoção das culturas nacionais marcará o reencontro do Moçambique consigo mesmo”. *Mas veja-se uma vez mais que a diversidade moçambicana torna-se programa somente na cultura e nem na educação, nem na definição das províncias, nem no multilinguismo do Estado.*

– “Criar o Fundo de Apoio ao Associativismo Juvenil”;

– “Criar Pousadas de Juventude”;

– “Desenvolver acções afirmativas que permitam incluir as mulheres no processo de desenvolvimento do país”;

– “Prevenir e combater a violência sexual e doméstica, divulgando a Lei da Violência Doméstica, com acções que articulem prevenção e apoio às vítimas”;

Por fim, notei a proposta de “incluir o regulado na estrutura administrativa do Estado [e de] respeitar os mecanismos tradicionais de sucessão do poder. Isto é uma condenação da intromissão frequente da Frelimo para entronizar o regulo da sua escolha, possuidor do cartão vermelho, o que provoca tensões nas comunidades.

Enfim, há uma sub-parte sobre a religião, certamente ligada à cultura dos dirigentes do MDM, que dá enfase sobre o seu papel na sociedade mas que não propõe medidas concretas algumas. *Por isso, não há ruptura com a laicidade do Estado.*

### **Reparos gerais sobre o Manifesto do MDM**

Globalmente, o *Manifesto* do MDM é muito detalhado e exprime uma capacidade técnica de bom nível. Desenha a ideia de um Estado social e democrático sem ruptura com o capitalismo periférico embora muitas vezes, o MDM advoga medidas tendencialmente em ruptura com este, mas outras que integram Moçambique nele. Não há escolha clara de uma estratégia decidida a favor da agricultura familiar como forma de acumulação local de capital, a partir do momento onde a agro-indústria, os mega-projetos, as zonas francas, são também “bem-vindas”.

O *Manifesto* do MDM fica marcado pela tradição municipalista deste partido, mesmo se esta hoje em dia está enfraquecida. É um Manifesto com vontade de realismo e tecnicidade de proposta em geral, mas que não explica como vai financiar. As medidas propostas provavelmente carecem

de hierarquização. Tem-se a impressão que o MDM quer fazer tudo e que o voluntarismo estatal, com governo do MDM, e a honestidade deste, permitirão essas realizações. É o único manifesto que se reivindica da social-democracia, embora historicamente o MDM não seja um partido social-democrata...

**Podemos. *O Moçambique que queremos – Estratégia de Governação*, s.d., 44 p.**

O *Manifesto do Podemos* é um documento de 44 páginas, que contem muitas metas e menos medidas concretas, explicitadas em 14 curtos capítulos.

**Na Introdução**, Podemos advoga para um “Moçambique uno, indivisível, que promove a diversidade étnico-linguística e cultural; um Moçambique forte, em franco desenvolvimento e onde ninguém está acima da lei” (p. 3). Aqui há uma originalidade porque todos os outros manifestos, se falarem do assunto, respeitam a diversidade mas não a promovem.

**O capítulo “Contextualização”**, diz-se que “Passadas mais de quatro décadas depois da independência, [...] muitos dos problemas que justificaram a luta contra o sistema colonial português persistem. [...] O modelo de desenvolvimento económico ainda é colonial, assenta na indústria extractiva e nas grandes plantações, e investe pouco na agricultura familiar e provoca assimetrias regionais profundas. A indústria transformadora é quase inexistente. Depois de mais de quatro décadas, o país ainda não possui um sistema ferro-portuário ligando as regiões norte, centro e sul”.

Podemos parece-me ser o único a dizer o seguinte : “O artigo 159 da Constituição da República atribui competências excessivas ao chefe do poder executivo, designadamente o Presidente da República. Cumulativamente, o Presidente da República exerce as funções de chefe do seu partido, o que cria confusão na sua actuação e dificulta o processo de prestação de contas sobre a sua actuação, enquanto Chefe do Estado. Esta realidade, que remonta ao período do partido-estado (1975-1990), gera promiscuidade entre os interesses do Estado e partidários, impedindo, assim, a actuação transparente e independente dos órgãos de garantia da soberania e da legalidade”. Se pode concluir que Podemos é

contra a dupla Presidente da República/Présidente de um partido. Alias o candidato à Presidência, Helder Paulo de Mendonça, não era o presidente do partido.

O texto ataca frontalmente a corrupção não sendo definida como uma situação deplorável mas como sendo “**promovida** pelo topo da hierarquia do governo”. Podemos define-se como “partido da juventude”, o que é obviamente ligado a sua história de saída da Frelimo.

No **capítulo “Nossa visão”**, diz que quer

“Um Moçambique em paz; uno e indivisível, com uma real separação de poderes; que promove e pratica a responsabilização e a prestação de contas; que promove um desenvolvimento sustentável; livre de exclusão, discriminação, nepotismo, clientelismo e paternalismo; que respeita a diversidade étnico-linguística e cultural e que pratica boas relações com outros estados e povos na base do princípio do mútuo benefício”.

A insistência sobre a diversidade é nítida, como se pode ver no **capítulo sobre os “Nossos objectivos”** : o objectivo citado em posição nº1 é “Consolidar a paz e a unidade nacional, sem prejudicar a diversidade étnica, linguística e cultural dos moçambicanos”.

Podemos quer a separação dos três poderes e “Formar um governo na base da racionalização das despesas públicas, para investir em mais e melhores serviços públicos, tais como, a saúde, a educação, a agricultura, o transporte, a segurança pública e as infra-estruturas”. Acho que é o único Manifesto que usa o conceito de “serviços públicos”

No capítulo “Pilares de governação”, advoga “Reestruturar as Forças de Defesa e Segurança para torná-las únicas, apartidárias, eficazes e eficientes” ; está a favor de um governo de coligação – é o único partido que evoca isso. Propõe “a revisão da Constituição da República para que o Presidente da República, no acto da tomada de posse, deixe de ser presidente do seu partido, caso o seja”.

Propõe de “Acabar com o recenseamento eleitoral. O cidadão moçambicano que atinge 18 anos de idade adquire automaticamente o direito de votar. O voto será feito mediante apresentação do documento comprovativo da idade, reconhecido pelo governo moçambicano, tanto em Moçambique como no estrangeiro”. Isto implicaria provavelmente o desenvolvimento massivo de estado civil, da distribuição do BI e a gratuidade dele (ao contrário de hoje), mas isso não é mencionado.

Quer “Construir uma linha férrea que liga as três regiões do país [e] uma estrada nacional de referência, com padrões internacionais, que liga as três regiões do país”. Quer “investir na agricultura familiar, através de uma produção direcionada”, o que não está muito claro;

No **capítulo 5 sobre a distribuição do poder pelos órgãos centrais**, denuncia “Um Poder Judicial dominado pelo [...] Presidente da República” e propõe como solução a eleição “dos titulares dos órgãos do judiciário, designadamente, o Tribunal Supremo, o Tribunal Administrativo, o Ministério Público e o Conselho Constitucional, por maioria qualificada de 2/3, pela AR, sob proposta do Conselho da Magistratura”. Com essa maioria qualificada, a tendência política maioritária terá que se entender com a oposição, o que garantiria o profissionalismo dos eleitos.

No capítulo 6 sobre o Poder legislativo, defende que este deve “Fiscalizar a actuação dos poderes executivo e judicial” e que se deve acabar com um “Poder Legislativo dominado pelo Poder Executivo”; quer “Promover a revisão da Lei eleitoral, para que os deputados sejam eleitos de forma directa” (volto a essa questão *infra*). Propõe também de “Estabelecer uma quota mínima de 20% de mulheres para a lista dos candidatos”. Isso é bastante estranho, porque a proporção de mulheres na Assembleia da República é de 38% (mandato 2015-2020). Pode ser uma simples gralha para 50%?

Propõe que a presidência da AR seja apartidária, sendo uma pessoa escolhida fora da Assembleia, na sociedade civil

No capítulo sobre o poder executivo, propõe um governo reduzido a 19 ministerios sem vice-ministros, propõe também de “Eliminar os Presidentes dos Conselhos de Administração (PCAs) não executivos das empresas públicas”. Quer “Reduzir as regalias dos altos-funcionários públicos (ministros, deputados, directores nacionais, etc.)” – penso que é o único Manifesto a propor isso.

Contem matérias muito detalhadas sobre as remunerações das força de seguranç (ex. : “Compensar as horas de trabalho dos agentes da lei e ordem com bonificações”), quase um programa sindical da corporação, o que indica com certeza que membros desta participaram na redação do programa. Quer reformular as prisões, etc.

4. Diz que a “agricultura é um dos sub-sectores mais marginalizados, tanto em termos de financiamento, assim como de incentivos”. Estranho isso, de falar da agricultura como um “sub-sector” mas depois vem vários

proposta para fortalecê-la. Critica um “Sistema de transportes ferroviários e rodoviários não ligado às fontes de produção agrícola e industrial” e a “Insuficiência de indústrias transformadoras”.

Quer aumentar “o rácio médico-população, através do investimento na formação de mais médicos” e a formação de médicos em Cuba.

Quer “Estabelecer a obrigatoriedade do nível de educação infantil”. Quer “Fomentar a habitação sem condicionalismos de natureza partidária”

Em matéria de política estrangeira, denuncia fortemente “A propalada diplomacia económica [que] não é inclusiva e nem traz resultados positivos para a economia moçambicana; [...] Promove e integra quase sempre os mesmos empresários ligados à elite política moçambicana sob a capa de Confederação das Actividades Económicas (CTA), visando desenvolver as mesmas famílias em prejuízo da maioria”.

Propõe “Promover um novo grupo de empresários (jovens) nas visitas internacionais” e “Apoiar [...] o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) estrangeiras,

**No capítulo sobre a distribuição do poder ao nível territorial,** PODEMOS “pretende garantir a descentralização de poder e conferir maior poder aos governos provinciais” e por isso “eliminar a figura de Secretário do Estado”. Além disso, propõe uma medida altamente original que é “Implantar a capital política em Quelimane, que é o centro geográfico do país. Estabelecer Maputo como capital económica e Nampula como capital cultural”. Isto carece de precisão concreta mas deve-se reconhecer que seria uma revolução cultural no país.

**No capítulo sobre as “questões transversais”,** Podemos quer criar uma instituição única em lugar da dupla CNE/STAE, que seria a “Comissão Eleitoral Independente”, cujos membros seriam eleitos pela AR com maioria dos 2/3 “dentre os cidadãos idóneos provenientes da sociedade civil”

Finalmente vem uma explicação de como os deputados serão eleitos (p. 40): “Os Deputados da Assembleia da República serão eleitos directamente pelo povo, através de listas abertas, em vez de listas fechadas. Desta forma, o deputado será mais responsável perante o seu ciclo eleitoral e prestará contas. Por seu lado, o povo saberá em quem votará para o representar na Assembleia da República”. Suponho que isso

significa que o eleitor, escolhendo sempre uma única lista de um dado partido, poderá no entanto riscar nomes desta lista.

Cria-se um Serviço Central de Inteligência exclusivamente devotado à segurança do Estado, mas não é explicado que o SCI não tem por fim vigiar a população e os partidos de oposição e deve ser submetido a controlo parlamentar.

**Há um sub-capítulo sobre as dívidas ilegais.** Podemos não diz se quer pagar ou não pagar, mas quer prevenir a ocorrência da mais casos, reforçando o poder judicial e criando um “dispositivo legal na Constituição da República e demais leis vigentes sobre a matéria, que anula automaticamente as dívidas contraídas fora do controlo financeiro moçambicano e decreta a responsabilização criminal dos autores morais e materiais, uma vez provado em julgamento”.

**Um subcapítulo também sobre o conflito em Cabo Delgado,** é o único *Manifesto* a fazê-lo. Apesar de não conhecer “as causas do conflito, as motivações dos perpetradores e a sua fonte de financiamento”, faz uma comparação contestável: “À semelhança do conflito com a Renamo, o conflito que acontece na região norte de Moçambique e, em particular, na província de Cabo Delgado, demonstra a fragilidade do Estado em garantir a soberania e integridade territoriais e segurança do povo moçambicano e dos seus bens”. Mas propõe criar “uma equipa multidisciplinar para investigar os actores, as motivações e as fontes de financiamento desses grupos”. No entanto a única solução proposta parece ser a da repressão.

**O último sub-capítulo é sobre as pessoas com deficiências.** É o único *Manifesto* que acorda tal importância ao assunto. Propõe em particular de “Estabelecer uma quota para pessoas com deficiência no mercado de trabalho”.

## **Reparos gerais sobre o Manifesto do PODEMOS**

Globalmente, para um partido recente como é, o *Manifesto de Podemos* demonstra uma óbvia “capacidade programática”, é bem detalhado embora cheio de metas que são na realidade meros desejos. Mas ele contém também uma data de medidas concretas entre as quais algumas altamente originais como a insistência sobre a diversidade étnica, sobre a supressão dos Secretários de Estado nas províncias, sobre o fim da dupla Presidente da República/Presidente de partido, sobre a escolha de um presidente da

Assembleia da República fora da Assembleia, dentre da sociedade civil e, ainda mais o estabelecimento de três capitais em três zonas do país.

No entanto, ao nível macro-político, se há nuances, não há rutura com os outros *Manifestos*: uma nação una, um Estado de direito, capitalista, liberal com separação de poderes, social, descentralizado. Não está claramente definida uma estratégia de progresso social nem de financiamento deste, que parece ter que vir da criação de uma Fundo Soberano (p. 21) “para gerir os lucros da indústria dos recursos minerais, energéticos e hidrocarbonetos”, o que significa a plena inserção neste tipo de economia extravertida, apesar da crítica inicial sobre a “economia colonial” de Moçambique.

### **Nova Democracia. O poder do Parlamento. O 1º Manifesto legislativo em Moçambique, s.d., s.l., 25 p.**

O *Manifesto da ND* não é escrito de uma maneira clássica como os outros, como uma brochura. É um pouco concebido como um *powerpoint*, com ilustrações, gráficos, estatísticas. Isto não facilita a comparação com os outros *Manifestos*.

A ND assume o fato de ter escolhido apresentar-se só às eleições legislativas, que apresenta como sendo em coerência com a sua proposta de divisão dos poderes – argumento que pode ser contestado porque a separação dos poderes concerne... os três poderes e não um só! Essa escolha explica que as medidas propostas são relativas principalmente a leis a serem votadas pelo parlamento e são muito detalhadas em quadros.

No entanto, os grandes princípios da ND são: a defesa da Constituição, independência da Justiça, respeito pelos direitos humanos, economia livre, valorização do local e direito à propriedade. Está contra qualquer discriminação racial, sexual, étnica, política, filosófica, ideológica, religiosa ou física, com a exceção obviamente da *discriminação positiva*. Os deputados do AD comprometem-se a recusar as regalias excessivas. A AD define-se como “nacionalista” no sentido que o interesse da nação está acima de tudo – faltando definir o que é um “interesse nacional” numa sociedade de classes. Mas defende a independência do poder política “face ao grande capital económico”. Define-se como um partido do centro democrático, mas talvez não fosse essa a característica principal deste Movimento.

Defende um primeiro emprego com ajuda do Estado para os Jovens, a repatriação livre ou coercitiva de capitais, maior liberdade para as associações, verdadeiras consultas públicas, política agrária priorizando a produção alimentar e o mercado interno, suprimir as regalias excessivas dos titulares de órgãos de soberania, da província e dos órgãos autárquicos, 15% do Orçamento do estado para a Saúde, exigir o cumprimento da decisão do Conselho Constitucional sobre a nulidade das dívidas ilegais, eliminar as células partidárias no aparelho de Estado, eleger um Provedor de Justiça, dar bolsas aos dois melhores estudantes por distrito para ingresso nas universidades, eleição dos Reitores das Universidades pelos pares e muitas outras medidas.

No fim do Manifesto, há uma lista de propostas de financiamentos para as medidas do Manifesto: com Lei de repatriamento de capitais, valores recuperados pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção, operação Tronco, repressão da caça furtiva, juros e multas do INSS, os 7 milhões, os 20% coletados dos mega-projetos pelo estado à favor das comunidades locais, imposto e receitas da indústria extrativa. É o único Manifesto a propor medidas de financiamento.

Globalmente, o Manifesto advoga um poder parlamentar forte, mas não se pode dizer se seria um regime parlamentar porque, sendo um Manifesto legislativo, não há reflexão sobre os outros ramos de poder. No plano económico e social, faz pensar numa social-democracia desenvolvimentista.

## Considerações gerais sobre os cinco Manifestos

Há nuances óbvias nos programas, seria falso dizer que são todos *idênticos*. Já é normal que um partido como a Frelimo que está no poder há 44 anos, possui uma tecnicidade na elaboração do seu Manifesto que os outros partidos terão mais dificuldades em alcançar. A Frelimo apresenta seu manifesto num pensamento de continuidade governamental, quando todos os outros querem a mudança.

Vimos algumas *nuanças*: todos os partidos de oposição insistem na separação dos três poderes quando a Frelimo fala em interdependência; todos os Manifestos são a favor da descentralização, mas o MDM, Podemos e ND são contra a existência dos Secretários de estado na província. Todos dizem combater a corrupção, mas a partidarização do

aparelho de Estado é considerada como causa somente pelos partidos de oposição. Um melhor equilíbrio entre as províncias é muito mais nitidamente advogado pela oposição que pela Frelimo. Uma medida frequente nos programas da oposição é a construção de um caminho de ferro Norte-Sul. Até o MDM quer uma lógica de corredor Norte-Sul contrabalançando os corredores Este-Oeste. Todos os partidos convocam a Unidade Nacional ou Coesão Nacional, mas alguns acrescentam que deve ser nos respeitos da diversidade étnica.

O Manifesto da Renamo talvez for o mais “industrializante”, que não deixa de admirar para um partido que tinha as suas bases sociais em particular no campo. O Manifesto do MDM é aquele que entra em maiores detalhes sobre as mudanças ambientais e com propostas concretas neste sentido, como as modificações das práticas de pecuária. Os manifestos de Podemos e da ND são aqueles que advogam com mais força e detalhes para a separação dos poderes, o Podemos até pedindo a proibição da dupla Presidente da República/Presidente de um partido e a ND pedindo que o Presidente da Assembleia da República seja eleito aos 2/3 fora da própria Assembleia, na sociedade civil.

Algumas temáticas estão ausentes de todos os Manifestos, o que me admirou muito:

– ninguém propõe a abolição ou mesmo a modificação da Lei de Terra que manteve a propriedade estatal da terra, o e que não conseguiu proteger eficazmente os camponeses frente à intervenção de dirigentes obtendo grandes DUATs ou, ainda mais, frente aos mega-projetos. Em particular, a velha reivindicação de todas as reformas agrárias – “A terra para quem a trabalha” – não é defendida por ninguém. É verdade que a situação de Moçambique é historicamente diferente da de países em que coexistem grandes propriedades latifundiárias e camponeses sem terra (caso do Brasil). No entanto, os conflitos de terras se multiplicam e camponeses reassentados depois da atribuição das suas antigas terras para grandes projetos tornam-se muitas vezes sem terra, visto que as terras que foram-lhe atribuídas são inférteis. Não se trataria, pois, de privatizar a totalidade da terra mas de permitir aos camponeses, individual ou coletivamente, de ter a propriedade plena da terra, e essa de ser inalienável durante, por exemplo, trinta anos (para impedir a compra dessas terras por empresários influentes). Alias, *os Manifestos são mudos sobre os conflitos de terra que se multiplicam*. Nem um fala do (falhado?) projeto Pro-Savana.

– ninguém propõe a municipalização geral do território, nem a Renamo que a tinha exigido quando dos Acordos de Paz de Roma

– nenhum *Manifesto* fala do respeito a orientações sexuais diferentes; o tema LGBT está totalmente ausente.

De um ponto de vista mais geral, o modelo de nação veiculado pela Frelimo desde 1975 (e mesmo antes), e o paradigma de modernização, não são seriamente contestados. Não há uma visão de *uma nação de nações*, conjugando a nação póscolonial com as nações africanas precoloniais. Nos *Manifestos*, estas sobrevivem na cultura, numa visão patrimonial, mas não na estrutura do Estado e das suas províncias, não na educação. Ninguém propõe uma constituição do tipo da Bolívia de Evo Morales, de “Estado plurinacional” assumando não só a diversidade mas a plurinacionalidade do Estado póscolonial. Isto é, a Frelimo manteve a hegemonia no imaginário nacional: uma só nação do Rovuma ao Maputo, a “diversidade” devendo entrar na modernização geral.

Não se pode classificar os Manifestos em termos de esquerda/direita. Todos contém mediadas sociais mas todos querem não só a presença do capitalismo internacional mas querem-na como ferramenta fundamental de desenvolvimento. O que é discutido é mais como captar mais as regalias. Mas o modelo global de desenvolvimento/crescimento não é contestado: é o *crescimento* que vai fazer recuar a pobreza mais que a partilha das riquezas, isto é uma modificação profundas das estruturas económicas e sociais.

A impressão global do lado da oposição é que *não se trata de revolucionar a orientação política do governo*, mas de afastar os corruptos, os que geram mal, para governar bem, com ética. Deve-se pois, *mudar as pessoas*, mudar as famílias que estão no poder há 44 anos, aproximar camadas sociais marginalizadas das benfeitoras do Estado moderno, mais do que estabelecer uma orientação radicalmente diferente.

Além disso, os *Manifestos* são somente uma ferramenta, e com certeza não a principal, nas campanhas eleitorais dos partidos. Para os que têm candidatos presidenciais (Frelimo, Renamo e MDM), a personalização é obviamente mais forte. Os outros (Podemos e ND) tentam enriquecer as suas propostas com medidas originais. Mas o fato de não haver um candidato presidencial é obviamente um fator de grande fragilidade destes dois partidos.

Principalmente para os três maiores partidos (Frelimo, Renamo e MDM), as diferenças maiores não são nas grandes orientações estratégicas – embora essas diferenças existe – mas nas características sociais, regionais e culturais das suas lideranças e dos grupos sociais que se reconhecem nelas. *A historicidade desses partidos é mais importante que os programas deles.* No entanto, nenhum partido aparece com um programa de uma dita etnia.

Isto não significa que os programas não contam porque exprimem, e contribuem para formar uma cultura política. Mas são só um indicador da identidade desses partidos. Aliás, o que é um *Manifesto*, um *Programa*? É um texto escrito por uma comissão dentro de um partido. Raramente os partidos organizam no seu seio um processo programático, com reuniões locais e provinciais preparatórias e finalmente um congresso ou uma conferência nacional que adota o programa. A Frelimo, com a sua “maquinaria” administrativa sólida, organiza reuniões programáticas mas no quadro de um grande verticalismo que não dá soberania às bases: *explica-se* mais que *elabora-se* o programa. Nos outros partidos o *Manifesto* é com certeza do partido nas suas grandes orientações, mas é antes de mais o *Manifesto* da comissão que o escreveu.

Aliás, é muito nítido, em alguns Manifestos, o aspecto “catálogo”, algumas medidas ou metas sendo introduzida porque na comissão, há uma pessoa interessada nela. Por exemplo, no Manifesto do Podemos, até há uma meta que diz que se deve pagar as horas suplementares aos policiaes. Porquê só as horas extra destes? Isto indique claramente que havia um membro desta corporação na dita comissão, que quis incluir esta reivindicação muito mais sindical que para o programa nacional de um partido.

Isto quer dizer que, salvo, em parte, para a Frelimo, o Manifesto represente um setor de um partido *mas não é suficiente para definir a identidade deste partido.*

A proximidade das orientações oficialmente defendidas (embora em clara contradição, no caso da Frelimo, com pelo menos uma parte da orientação praticada) não facilita um voto de orientação. Não há génese em Moçambique, pelo menos até hoje, de “partidos camponeses”, ou “operários”, como houve e há tantas vezes em muitos países, incluindo os do terceiro-mundo. Em Moçambique, *não há partidos socialmente definidos* mesmo se se sabe que um tem a maioria da elite no seu seio, e outro setores marginalizados da sociedade; há só partido que se dizem nacionais ou até “nacionalistas”.

Alias, a população moçambicana, sem grande tradição democrática e habituada a práticas neopatrimoniais, é mais a procura de um “Chefe Grande” que seja “Bom” que de um debate acérrimo de orientações.